



A experiência estética nas imagens de Aylan Kurdi: a perversão que nos circula

M. E. P. Amaral¹; C. Bertolli Filho²

Recibido: 4 de febrero de 2018 / Aceptado: 8 de agosto de 2018

Resumen. A proposta desse artigo é de analisar a recepção das imagens que retrataram a morte no menino sírio Aylan Kurdi em 2015. Através da experiência estética, como metodologia de coleta de dados, e o circuito de cultura, idealizado por Richard Johnson, a pesquisa se debruça para reconhecer movimentos perversos na recepção desses objetos em grupo focal realizado entre brasileiros que moram em Aveiro, Portugal.

Palavras-chave: Circuito; Experiência estética; Perversão.

[en] The aesthetic experience about of Aylan Kurdi: the perversion that surrounds us

Abstract. The proposal of this article is to analyze the reception of the images that portrayed the death in the Syrian boy Aylan Kurdi in 2015. Through the aesthetic experience, as methodology of data collection, and the culture circuit, idealized by Richard Johnson, the research looks to recognize perverse movements in the reception of these objects in a focal group performed among brazilians living in Aveiro, Portugal.

Keywords: Circuit; Aesthetic experience; Perversion.

Sumario. 1. Introdução. 2. Objetos de estudo e participantes. 3. Perversão e a objetificação do outro. 4. Metodologias: coleta e análises. 5. Circuito de perversão 6. Considerações finais. 6. Bibliografia

Cómo citar: Amaral, M. E. P.; Bertolli Filho, C. (2018). “A experiência estética nas imagens de Aylan Kurdi: a perversão que nos circula”, en *Mediações Sociais*, 17, 157-176.

Breve nota biográfica:

Muriel Emídio Pessoa do Amaral é doutorando em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauru), onde fez mestrado e tem bolsa Capes. Fez doutorado sanduíche na Universidade de Aveiro (Portugal), em Estudos Culturais, sob orientação da Prof^ª Dr^ª Maria Manuel Baptista. Foi professor na Universidade Norte do Paraná (Unopar/Londrina) nos cursos de Jornalismo, Publicidade e propaganda e Desenho Industrial (modalidade virtual).

Claudio Bertolli Filho é professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauru) nos níveis de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado), tem título de livre-docência na mesma instituição. Tem doutorado e mestrado em História pela Universidade de São Paulo (USP).

¹ Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauru) – Brasil
murielamaral@yahoo.com.br

² Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauru) – Brasil
cbertolli@uol.com.br

Introdução

Esse artigo tem como objetivo apresentar como foram recebidas as imagens que retrataram a morte do menino sírio Aylan Kurdi, em 2015, entre brasileiros que moram em Aveiro, cidade localizada no centro-norte de Portugal. A intenção da escolha da cidade acontece devido à possibilidade de realizar a pesquisa por lá, além de ser um caminho para acompanhar olhares de pessoas em contextos diferentes sobre um assunto tão reverberado. Aylan, a família dele e outras pessoas pertenciam a um grupo de refugiados que pretendiam deixar a Síria em busca de uma condição de vida melhor àquela encontrada no país de origem, mas, devido ao acidente, a embarcação naufragou no Mediterrâneo, em território turco. As imagens que retrataram a morte dele transitaram entre a realidade explícita do corpo morto sobre a areia, passando pelo eufemismo de retratar a questão de modo mais suave, até às considerações de deboche e escárnio feitas pelo jornal francês Charlie Hebdo. A morte do menino foi midiaticizada também pela publicidade de uma escola de natação sobre os benefícios da prática do esporte ainda na infância.

As imagens dele morto foram reverberadas em escalas exponenciais como forma de retratar a dor e o sofrimento alheio sob vários aspectos, assim, a intenção do artigo é de reconhecer se há a presença de traços de perversão na recepção e percepção dessas imagens, segundo ponto de vista de pessoas convencionais, pessoas anônimas da ordem do cotidiano a partir de discursos midiáticos sobre o acontecimento. Para essa pesquisa, mesmo reconhecendo o empreendimento de vários conceitos acerca das perversões, o ponto ancorado para conceituação é a perversão com a objetificação da condição ou da natureza do outro para usufruto, prazer ou gozo (Szpancenkopf, 2011), acreditando que haja essas condições nos processos de comunicação. Na convocação de participação, foi deixada clara que a pesquisa se tratava da perversão enquanto circuito dentro dos processos de comunicação, assim, a conceituação dos elementos da pesquisa ficava a critério dos participantes.



Figura 1. Aylan Kurdi morto no naufrágio

Para essa intenção, foi organizado um grupo focal composto por 11 participantes com pessoas de ambos os sexos, de diferentes regiões do Brasil, entre 19 e 32 anos de idade e de diferente formação escolar para a apreciação das imagens; o período de permanência em Portugal variava de quase dois meses a três anos. Os encontros foram realizados nos dias 07 e 14 de outubro de 2017. A convocação dessa amostra foi em contato direto realizado por um dos autores da pesquisa e também via convocação por grupos de discussão de brasileiros que moram tanto na cidade, como no distrito de Aveiro. Os encontros foram realizados ao ar livre em um dos parques da cidade para que pudessem se sentir à vontade para explanar sobre os objetos propostos. A convocação foi razoavelmente fácil de realizar, uma vez que houve empatia pelo tema a ser discutido e outra porque há, ao menos no que tange assuntos acadêmicos e de busca de emprego, cooperação maior entre brasileiros que moram em Aveiro.

Os participantes apreciariam as imagens segundo a experiência estética, uma relação entre eles e os objetos percebidos, sem a necessidade de grandes elucubrações ou teorização sobre as suas percepções, apenas relatar seu modo de ver e sentir as imagens sobre a morte do menino. A experiência estética, como aponta Dufrenne (2002), é descompromissada, sem uma finalidade, é a vontade de sentir o objeto pela interface que é realizada, além de estar a par de transformações morais e perceptivas entre aqueles que compartilham da experiência. Walter Benjamin (1987) já havia apontado as mudanças que ocorreria na qualidade de sentir com as novas formas de entendimento, produção e recepção da arte com o advento da tecnologia, por exemplo. A justificativa do uso da experiência estética na pesquisa acontece pelas próprias palavras de Dufrenne (2002): “toda percepção estética, na medida que é desinteressada, realiza a apoteose do sensível, que é a própria substância do objeto estético.” (p.62), ou seja, é pela experiência estética que o sujeito consegue sentir e também oferecer sentido ao objeto de interface.

Como continuidade, a partir do grupo focal realizado, as informações coletadas serão analisadas segundo a proposta de circuito de cultura idealizado por Richard Johnson (2006). A abordagem de Johnson acompanha a proposta dos Estudos Culturais que analisa os objetos de estudo em perspectivas multidisciplinar, até mesmo pós-disciplinar, como sugere Baker e Jane (2016), por apontar que essa área se abre para contemplar outras áreas do conhecimento e acompanhar os processos de cultura envolvidos às práticas de poder e política. Essa etapa será abordada com mais profundidade ao longo do texto, entretanto, de forma introdutória, essa pesquisa acredita que o sentido dos processos de comunicação se encontra nos mecanismos de reverberação dos discursos nos contextos em que se encontra. A comunicação, por esse viés, não seria apenas a decodificação de textos pelos leitores, mas a integração dessa recepção dentro de contextos socioculturais. Com isso, o sentido do processo comunicacional se encontra circulante no bojo da social de tal modo que são levados em consideração também as relações culturais para a produção do sentido dos discursos, por isso, a necessidade de investigar a comunicação como circuito e não apenas nas construções discursivas, mas também enquanto um modo de circulação.

A intenção de recortar uma amostra de pessoas variadas parte do pressuposto que a perversão não se encontra obrigatoriamente em atos e gestos homéricos ou apoteóticos, mas também integra atitudes e comportamentos de pessoas convencionais e desconhecidas em atitudes banais e absolutamente comuns. Essa linha de pensamento segue o pressuposto idealizado por Hannah Arendt (1999) sobre a banalidade do mal, quando a

filósofa acreditou que o mal pode ser praticado por pessoas comuns, sujeitos desconhecidos que preenchem o cotidiano corriqueiro de qualquer espaço de convivência, mas que não apresentam a reflexão sobre os seus discursos e outras práticas. O pensamento de Arendt teve mais densidade ao perceber Adolf Eichmann, profissional responsável pela logística dos trens na Alemanha nazista, desprovido da intenção de pensar e refletir, não percebeu a gravidade e o problema no exercício do seu trabalho, por isso, o mal seria banal, corriqueiro e se alastraria de modo muito fácil. A partir dessas considerações, a pesquisa se desdobra com a intenção de perceber nuances perversas não porque esses sujeitos são maus, mas porque, em alguns momentos, a ausência de reflexão se faz presente na reverberação dos discursos midiáticos enquanto circuito.

2. Objetos de estudo e participantes

Aylan Kurdi foi o menino sírio de três anos que morreu afogado após naufrágio de uma embarcação que conduzia refugiados que levava um grupo da Síria rumo à Europa; o acidente aconteceu em uma praia na Turquia. As primeiras imagens dele morto foram produzidas por Nilüfer Demir, fotojornalista turca. Após a divulgação dessas imagens por vários meios de comunicação (revistas, jornais, televisão, rádio, internet), redes sociais, blogs e muitas outras fontes de comunicação reverberaram outras imagens apresentando outras formas de perceber o acontecimento. A imagem de Aylan Kurdi morto, além de se tornar um sintoma do esfrelamento da condição política enfrentada na Síria, evidencia também a questão dos refugiados nos movimentos migratórios contemporâneos na Europa.

Para além das fotografias produzidas por Nilüfer Demir do menino morto, como objetos empíricos, esse texto também pretende discorrer sobre a percepção das imagens que surgiram a partir da tragédia como as ilustrações que circularam sobre o acontecimento na tentativa de expor de outra forma a condição da guerra e dos refugiados.

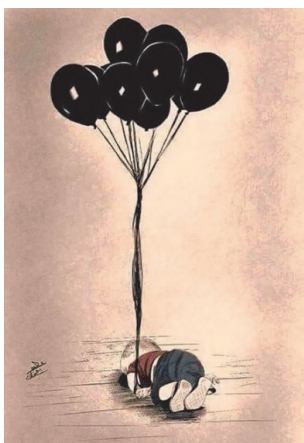


Figura 2³.

³ As imagens de 2 a 6 foram obtidas no endereço: <https://noticias.uol.com.br/album/2015/09/03/charges-reagem-a-morte-de-menino-refugiado.htm>. Acesso: 20 set. 2017.



Figura 3.



Figura 4.



Figura 5.



Figura 6.

Também foram escolhidas as charges produzidas pelo jornal francês *Charlie Hebdo*. Uma delas apresentava como seria Aylan Kurdi se tivesse crescido: um estuprador na Alemanha. A outra charge mostra a indagação de Jesus Cristo ao apontar que cristãos andam sob a água e as crianças muçulmanas afundam.

Figura 7^{4,5}.

⁴ “O que teria ocorrido a Aylan Kurdi se tivesse crescido? Um estuprador na Alemanha”

⁵ Imagem selecionada do endereço: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2016/01/14/desenho-no-charlie-hebdo-diz-que-aylan-adulto-seria-agressor-de-mulheres.htm>. Acesso: 20 set. 2017.

Figura 8⁶

Além dessas charges há também a publicidade de uma escola brasileira de natação que também utilizou a fotografia do menino morto para promover os benefícios da prática de natação ainda na infância, inclusive para safar-se de acidente como o ocorrido com o menino sírio. A escola que também utilizou a imagem do menino morto se encontra na cidade de Esteio, estado do Rio Grande do Sul. A peça era composta pela imagem de Aylan morto e mais um bebê submerso que estava de olhos abertos, além dos textos exaltando a necessidade da prática da natação para o desenvolvimento infantil.

Figura 9. Publicidade escola de natação⁷

⁶ Imagem selecionada do endereço: <https://noticias.band.uol.com.br/noticias/100000771318/charlie-hebdo-ironiza-menino-sirio-morto.html>. Acesso: 20 set. 2017.

⁷ Imagem selecionada do endereço: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/03/24/academia-usa-foto-de-menino-sirio-em-propaganda-de-natacao-para-criancas.htm?mobile>. Acesso: 20 set. 2017.

A apropriação do acontecimento e a produção de outros discursos a partir do acontecimento desenvolve os processos de mediação, ou seja, os discursos promovidos pela mídia podem circular pela força de afetos que é empreendida pelos interlocutores. A mediação não é necessariamente a homogeneização dos discursos da comunicação que afeta direta e objetivamente a população, mas a presença desses discursos em circulação e promoção de práticas cotidianas, relações, representações e produção de sentido pelos interlocutores envolvidos no processo como um todo.

Além das metodologias aplicadas, os participantes responderam dois questionários sobre as temáticas envolvidas da pesquisa e também sobre hábitos de leitura. Como foram dois encontros de grupo focal, os participantes responderam sobre seus conhecimentos acerca de perversão, política, diversidade sexual, movimentos migratórios contemporâneos, a relação entre práticas e discursos midiático no fomento de perversões e se há possibilidades das perversões apresentarem pontos positivos. Entretanto, apenas oito responderam o segundo questionário sobre consumo e hábito de leituras de discursos midiáticos.

Tabela 1- Perfil dos participantes

Participantes	Idade	Formação	Sexo
A	25	Superior/Cursando Mestrado	F
B	29	Superior/Cursando Mestrado	M
C	27	Superior/Mestre	M
D	28	Superior	M
E	19	Cursando licenciatura	M
F	26	Superior/Cursando Doutorado	F
G	32	Superior/Cursando Mestrado	F
H	28	Superior/Cursando Mestrado	M
I*	28	Mestre	F
J*	23	Cursando licenciatura	M
K*	29	Superior/Cursando Mestrado	M

* Esses participantes não participaram do segundo encontro, ou seja, não foi possível reconhecer hábitos e consumo de leitura

Fonte: autores

Enquanto consumo de notícias, sete dos oito participantes responderam que têm às redes sociais (Facebook, Instagram e Twitter, nessa ordem) como principais fontes de informação, seguidas por sites, como segunda opção e blogs como terceira opção. Sobre o consumo de livros de literatura não-científica: 04 leem menos de um livro de literatura por mês, 02 não tem o hábito e 02 leem mais de um por mês. A leitura mensal de material científico (livros, artigos, revistas científicas, anais de congressos, etc...) ficou caracterizada da seguinte forma: 04 leem mais de cinco fontes, 02 leem mais de duas e 02 não têm o hábito. Enquanto tempo destinado à leitura diária de notícias: 04 reservam até uma hora, 03 destinam

mais uma hora e 01 não tem o hábito de leitura. Dentro do recorte apresentado, os participantes apresentam índices acima da média dos brasileiros que moram no Brasil. De acordo com a pesquisa elaborada pelo Instituto Pró-livro (IPL), a média é de 2,54 livros nos últimos três meses, sendo que 1,06 terminam de ler o livro até o fim.⁸

3. Perversão e a objetificação do outro

A intenção dessa parte do texto não é de recuperar todos as passagens acerca das manifestações perversas. Entretanto, é importante a reflexão histórica para reconhecermos que a perversão perpassa por vários sentidos, caminhando ao lado das movimentações da história e da cultura. Comumente, a palavra perversão esteve associada a práticas sexuais aberrantes ou que possam causar algum tipo de repelência social; não raramente também as perversões são reconhecidas como comportamentos patológicos ou aversivos. De fato, pode haver essa concepção sobre atitudes e ações perversas que de alguma forma desqualificam a moral e os valores éticos de determinada sociedade. As perversões receberam essas conotações pejorativas com o desenvolvimento do pensamento científico e da saúde ao estabelecer o que poderia ser normal ou anormal enquanto prática social. Assim, pedofilia, zoofilia, masturbação e homossexualidades, por exemplo, eram compreendidas como atitudes aversivas à moral do século XIX. Pelo pensamento de Foucault (1993, 1988), a necessidade de igualar essas práticas ao mesmo nível de perversão advém da atuação do poder em produzir corpos e subjetividades que estivessem a par das estruturas hegemônicas para a produção de capital e para a permanência de poder; os sujeitos que operassem fora da órbita do poder seriam controlados, vigiados e, até mesmo, punidos. Por essa análise, a condição de normalidade ou abjeção estava associada a relações de poder.

No final do século XIX também houve uma outra forma de reconhecer a perversão para além dos comportamentos e do juízo moral. Sigmund Freud (1905/1996), pela epistemologia da Psicanálise, apresentou que a perversão, bem como as demais condições estruturantes do psiquismo humano (neuroses e psicose), como sendo a relação entre a fantasia inconsciente e a sexualidade do sujeito. De modo sintético, o sujeito não reconhece a castração simbólica, apresentada pelo complexo de Édipo, a que foi submetido e isso faz que ele deslize sobre as estruturas de poder na intenção de promover constantemente o gozo e, inclusive, promover a criação de fetiches⁹. As ações da moral perversa visam o gozo por reconhecer que a mãe, primeiro objeto de desejo da criança, não apresenta falo, assim, a criança percebe que a mãe fora castrada e o rito será realizado consigo também. Desse modo, na relação da fantasia perversa o sujeito goza em nome da mãe castrada.

⁸ A pesquisa foi realizada entre os dias 23 de novembro e 14 de dezembro de 2015. Mais informações podem ser acessadas na íntegra pelo endereço: http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016_LIVRO_EM_PDF_FINAL_COM_CAPA.pdf. Acesso: 19 nov. 2017.

⁹ O fetichismo não é exclusivo da condição da perversão, pode estar presente também em outras estruturas do psiquismo. Para Psicanálise, o fetichismo pode ser compreendido como a estratégia proposta para aliviar ou não reconhecer o falo materno castrado, ou seja, o sujeito evita essa constatação e elenca algum elemento na tentativa de substituir essa mácula na intenção de preservação do gozo.

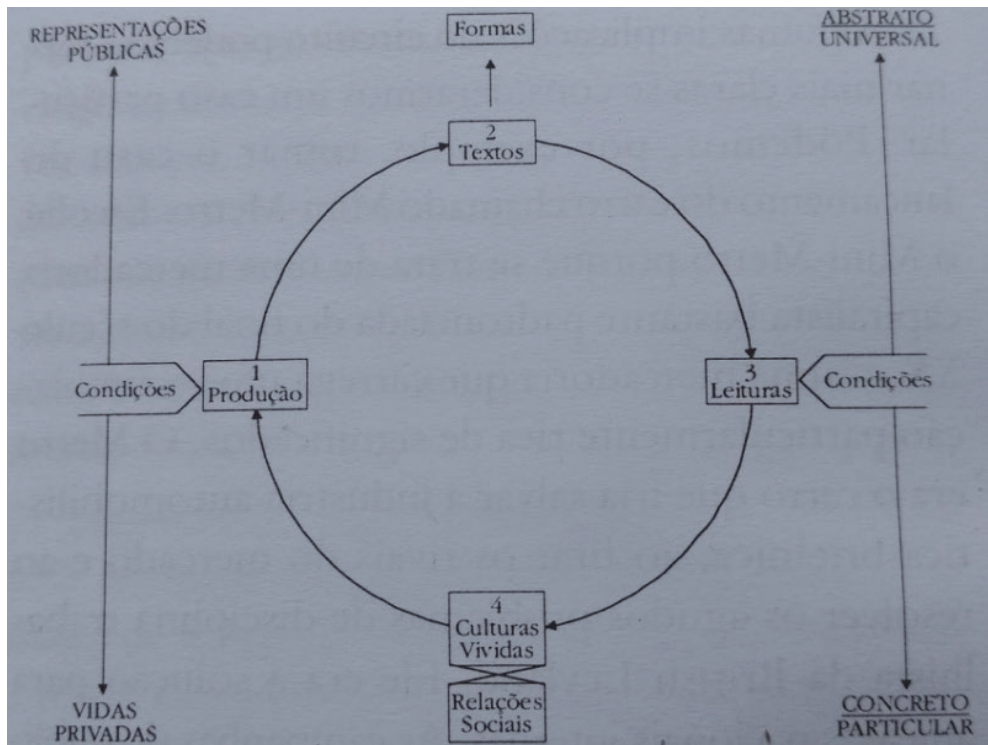
Enquanto prática social, o cerne teórico-metodológico adotado para esse texto, a perversão não necessariamente dialoga com a sexualidade proposta por Freud, a despeito de haver a intenção de instituir o gozo e a defesa, quando não os dois conceitos juntos, de um determinado indivíduo ou grupo. Como apresentou Szpancekopf (2011), no meio social, os movimentos de alteridades são estilhaçados e a condição do outro não desempenha substancialmente valores sociais, o outro “não tem valor de mercado, nem de vida, nem de existência – [há] a desigualdade social fomentada por incapacidade econômica, para não falar das que já implicam raça e gênero” (Szpancekopf, 2011, p.13). Por esse entendimento, a pesquisa traça como essas referências foram adotadas para a produção discursiva e como foram elaboradas e reverberadas pelos participantes do grupo focal elaborado.

4. Metodologias: coletas e análises

Essa pesquisa se apoia em dois processos metodológicos para sua realização. O primeiro deles é quanto à coleta de dados e o outro procedimento consta para a análise dos dados coletados. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, os depoimentos foram coletados em grupo focal sobre o tema enquanto experiência estética (Dufrenne, 1998): relação entre os participantes e os objetos analisados. A experiência estética consiste nas interfaces de apreciação desinteressada realizada entre o sujeito e o objeto estético, ou seja, é a capacidade de sentir, perceber, entrosar e viver o objeto de modo mais concreto e não obrigatoriamente vertendo ao intelecto dos sujeitos, mas na condição sensível de interação, suscitando, certamente, subjetividades, vivências, sensibilidade e imaginação; há a fruição da relação e das concepções acerca dos objetos que não permeiam instâncias totalmente delimitadas pela racionalidade dos sujeitos. A eficiência desse método para coleta de dados é próspera na medida em que consegue estabelecer livres associações de sentido pelo sujeito que aprecia os objetos. Assim, os participantes recebem via e-mail o conteúdo a ser analisado e tiveram uma semana para que pudessem apreciá-los da maneira que melhor convir. A realização do grupo focal acontece pela necessidade de discussão e debate entre ideias e posicionamentos (Gaskell, 2002), além de proporcionar um ambiente propício e rico para a exposição de conceitos, independentemente das colocações ideológicas dos participantes sobre suas observações.

Depois de coletas as informações, os dados serão analisados segundo a proposta de circuito da cultura idealizado por Richard Johnson (2006), que no entendimento de Escosteguy (2007) pode ser concebido também enquanto circuito de comunicação em decorrência dos diálogos estabelecidos com as práticas de consumo, representação e recepção que integram os estudos da comunicação em interface a outras áreas do conhecimento, uma concepção epistemológica muito quista aos Estudos Culturais.

De acordo com Johnson, o circuito tem como propósito a produção, circulação e consumo dos produtos culturais, assim, são necessários quatro estágios: *produção, textos, leituras e culturas vividas/ relações sociais*. A necessidade de reconhecer os processos de comunicação enquanto circuito acontece justamente pelas formas que os conteúdos tomam e também porque o sentido dos produtos culturais não está contido necessariamente nos discursos produzidos pelas mídias, mas na circulação desses no bojo da sociedade.



Fonte: (Johnson, 2006, p. 35)

Figura 5 - Circuito da cultura

A primeira etapa do circuito da cultura de Johnson é considerada como sendo a *produção* que é compreendido pelo autor para além da produção capitalista do produto. Reduzir os conteúdos midiáticos ao fato de pertencerem aos arranjos da comercialização é obstruir outros panoramas importantes para a elaboração dos conteúdos que é atravessada também pela cultura. Essa etapa é diagnosticada em consonâncias com as *representações públicas* e das *vidas privadas*, essas duas concepções constituem como sendo “um circuito da produção e circulação de formas subjetivas” (p.35), ou seja, há demandas sociais e também subjetivas que interferem na elaboração de produtos culturais. As representações públicas são importantes para compreender as relações de poder no posicionamento de sentido pela formação de estigmas ou emancipação de representação de determinados grupos, por exemplo. E a vida privada vai ao encontro das representações públicas, uma vez que as questões subjetivas também são levadas em consideração para a produção de cultura.

O segundo estágio de circuito é o *texto*. O entendimento de Johnson compreende que os *textos* podem ser transformados pelo circuito e ganhar novas reconfigurações de consumo e também de *leitura*. Para o autor, o texto não é apenas composição verbal de um discurso, mas sim a forma que qualquer discurso apresenta: fotografia, cinema, vídeos, objetos de consumo, etc. O texto é uma forma dos modos de produção que, como apresentamos, apresenta traços subjetivos para sua elaboração. Enquanto parte integrante do circuito, o texto é descentralizado e não pode ser estudado apenas fechado em si e nos efeitos que podem causar, mas como sendo uma forma

subjetiva e cultural e que tem a potência de circular. Por essa condição que o autor considera que o objeto de estudo dos Estudos Culturais não seja o texto, “mas, a vida subjetiva das formas sociais em cada momento de sua circulação, incluindo suas corporificações sociais” (p.75).

Para além do *texto*, há as *leituras*, a terceira fase do circuito. Esse estágio não consiste apenas na decodificação e entendimento dos signos que compõem os textos. Nesse estágio, entram em cena as concepções subjetivas e também os aspectos culturais para o desenvolvimento da leitura. No entendimento do autor, as *leituras* devem ser compreendidas também pelas análises de formas textuais paralelamente com a subjetividade dos leitores. Johnson chama a atenção para esse processo como sendo a passagem do *leitor no texto* para *leitor na sociedade*. Analisar as qualidades subjetivas dos indivíduos participantes não é se limitar aos referenciais refratários de identificação, mas trazer à tona competências sociológicas ou históricas e “a capacidade para lidar com uma massa de determinações coexistentes, as quais agem em níveis muito diferentes” (p.87).

Esse estágio do circuito requer o apontamento da leitura mais associada à interpretação. Assim, a interpretação nesse caso não se limita exclusivamente à descodificação dos signos pela produção semântica, no entendimento de Thompson (1998), a interpretação está envolvida também com o entendimento de conteúdos simbólicos do texto que trazem conjecturas e expectativas pessoais e também de cunho histórico e social, por esse lado, a interpretação é um fenômeno complexo dessas formas simbólicas. Para o autor:

“Ao interpretar, as formas simbólicas, os indivíduos as incorporam na própria compreensão que têm de si mesmos e dos outros. Eles as usam como veículos para reflexão e auto-reflexão, com base para refletirem sobre si mesmos, os outros e o mundo a que pertencem”. (Thompson, 1998, p.45)

O último estágio compreende nas interfaces das culturas vividas e das relações sociais que consiste nas compreensões dos grupos sociais e na crítica a formas dominantes de formas públicas. Nesse momento são analisados os contextos em que está inserido o processo de modo global, um modo de compreender o circuito enquanto uma relação de conflitos e aproximações entre as formas de produção, os textos, os modos de leitura e as subjetividades dos sujeitos e relações sociais. Com isso, pelo circuito é importante reconhecer que os sentidos não se encontram apenas nas produções textuais, mas na circulação de valores a partir dos sujeitos integrados em determinado contexto cultural; essa condição também valida os vários posicionamentos possíveis nas leituras dos textos.

5. Circuito de perversões

Essa não é a primeira vez que são produzidas fotografias de guerra ou de indivíduos/grupos em condição de vulnerabilidade, tampouco de uma criança morta sob condição aversiva. A imagem que retrata a morte da criança, ao mesmo tempo também estampa sintomas de vida da população na Síria. A fotografia que poderia ser um alerta para articulação política mundial gerou mais impacto que comoção a despeito de alguns países da Europa e das Américas se articularem para promoverem ações de asilo aos refugiados.

A produção da imagem foi além do código mercadológico do usufruto da condição do outro para o lucro advindo do consumo da fotografia, da reverberação e da propagação em escala planetária das imagens da criança morta e dos desenhos e discursos elaborados a partir das fotografias. Mesmo não sendo uma prática nova, a morte de crianças ainda gera horror e comoção entre os interlocutores e, justamente por essa causa, estão sujeitas à espetacularização, no sentido empreendido por Guy Debord (1997) que aqui será tratada sobre o fenômeno da exposição da dor do outro. O autor descreve por ensaios como a espetacularização traça e utiliza signos para a promoção do capital não apenas financeiro, mas também simbólico.

A morte do menino torna-se um espetáculo pela dor ao propor a dessubjetivação e objetificação da condição humana em momentos de vulnerabilidade como é o caso da condição dos refugiados. Como apresenta Susan Sontag (2015), cenas de tragédias de mortes e acidentes são de certo modo eróticas e capazes de despertar interesses lascivos; por isso, ela aponta que “o amor pelo mal, o amor pela crueldade, é tão natural nos seres humanos como a compaixão” (p.95), mesmo que essas cenas não despertem para além do choque momentâneo provocado pelo turbilhão da espetacularização de imagens, elas podem cair no ostracismo das práticas midiáticas.

Enquanto produção, os participantes (G, C, B) se ativeram enquanto produção capitalista da informação, ou seja, o propósito das práticas de produção de informação não está ligado para além da comercialização. “Não acho que a imprensa, os meios de comunicação estejam preocupados com a guerra em si. Eles querem é vende, e foda-se”, afirma (B). Para esses participantes, essas práticas de produção constituem e são constituídas por signos da cultura, assim, as questões econômicas são fundamentais para ordenar os modos de produção. Sontag (2015) corrobora com esse pensamento, entretanto vai além ao conjugar a produção com a cultura “A caça a imagens mais dramáticas (como frequentemente são descritas) comanda a empresa fotográfica e faz parte da normalidade de uma cultura, na qual o choque se tornou o principal estímulo ao consumo e uma fonte de valor” (p.29).

Para além disso, alguns participantes acreditam que há também a presença dos interlocutores nos modos de produção desses discursos. “As pessoas gostam e se sentem bem quando veem a tragédia do outro. Tipo, ‘não é comigo, então’.... Será que não é aí que se encontra a perversão? ”, indaga (G) ao justificar a presença de traços perversos na produção e circulação das charges. Perceber a participação dos interlocutores na recepção dos conteúdos midiáticos é compreendê-los que não são sujeitos tão passivos como se acreditavam ser nos primeiros estudos de recepção. A participação dos interlocutores reconhece que o processo de comunicação não se limita apenas à descodificação de mensagens, mas enquanto uma relação de afeto e também de gozo que não deixa de ser perverso à medida em que não há a reflexão da midiatização dos acontecimentos.

A midiatização, para essa pesquisa, será entendida na presença dos discursos midiáticos no bojo social não enquanto uma força manipuladora e que suas influências são reconhecidas direta e objetivamente no público, mas enquanto uma relação de interface que pode caminhar por trilhos que não necessariamente acompanham as intenções das propostas dos discursos midiáticos, mas pode enveredar por outros contextos, subjetividades, histórias e perspectivas dos interlocutores, o que faz acreditar também na “mudança de perspectiva em relação ao lugar ocupado pelas mídias

no funcionamento das sociedades e na construção dos parâmetros pelos quais essas sociedades criam suas ‘realidades’” (Mattos & Villaça, 2012, p.12). A produção das charges do jornal francês, as ilustrações que circularam principalmente no espaço virtual, a publicidade da escola de natação e até mesmo ações para fora do ambiente midiático (como discussões informações ou debates em sala de aula) podem ser consideradas como ações midiáticas ao apresentar outras leituras sobre o uso das imagens acerca da condição dos refugiados.

Enquanto processo de leitura, há várias formas das imagens serem interpretadas. Uma delas foi de considerar o horror da morte em momentos de guerra e a exploração da dor do outro como sendo um código cristalizado; também houve o entendimento que mesmo que seja uma condição de vulnerabilidade e fragilidade, a morte do menino pode atentar a população mundial para a questão dos refugiados, um modo de expor e, talvez, dar diretrizes em ações políticas. O participante (C) refletiu sobre a condição infantil, ainda mais em momento de guerra civil e a humilhação a que foi submetida:

“A criança traz toda a inocência sobre a vida. Uma vida que poderia ser alguém quando crescer que teve a vida interrompida. Não acredito que por ser jornal ou mídia possam fazer o que querem. Na charge, eu acho que eles criaram o estereótipo do estrangeiro que não é legal. Já limitaram o que as crianças da Síria serão quando forem para Alemanha, França, ou sei lá para onde”.

Mesmo reconhecendo que a imagem não possa trazer contribuições benéficas à sociedade enquanto política, nenhum dos participantes se posicionou contrariamente à publicação tanto da fotografia, como das charges e da publicidade. “Não sei se porque viemos de um país que já passou por ditadura, fica complicado censurar a divulgação”, afirma (C). Nesse momento, a leitura da imagem do menino morto é entendida pelo participante (E) como sendo importante para expor o problema dos refugiados, mesmo que para isso seja necessário utilizar da dor do outro e da condição do outro para tal exposição.

“Houve políticas públicas para acolher os refugiados. Angela Merkel [chanceler alemã] fez políticas para aceitar os refugiados. Ela fez isso por uma questão para ganhar votos, mas tudo bem./ Tudo bem se ela fazer algo em benefício próprio mesmo que utilizando a condição do outro?/ Acredito que sim, está tudo bem”.

Mesmo que a chanceler alemã tenha feito políticas públicas de acolhimento aos refugiados em um primeiro momento, o participante não se atentou que o posicionamento dela foi questionado e teve que limitar em 2017 a entrada de até 200 mil refugiados no país, atendendo acordos feitos com partidos políticos alemães. A intenção não é de desmerecer a atitude do governo alemão, mas de pontuar que o participante não acompanhou dos desdobramentos da situação dos refugiados na Europa para além das primeiras ações quando os movimentos migratórios foram considerados como sendo um problema ou crise, além de apresentar uma visão reducionista dos agentes políticos. A intenção de limitar a entrada de imigrantes na Alemanha partiu de pressão sofrida pela chanceler pelo próprio partido dela União Demócrata-Cristão (UDC) e também da União Demócrata Cristã da Baviera (CSU), partido aliado ao partido dela, de restringir a entrada. Além da limitação, houve também uma série de

deportações de pessoas aos países de origem que aconteceram em 2016, aproximadamente 80mil¹⁰.

Pela leitura do participante (J), as charges do jornal francês não contribuíram com benefícios para o cenário de discriminação “Tipo, acho uma sacanagem com o menino. Foi ridículo o jornal”. Sob outro ponto de vista, a participante (F) apresenta argumentos para além da xenofobia, contemplando também a misoginia, ou seja, a imagem seria um alerta para evidenciar do mal que os europeus se livraram com a morte do menino:

“O preconceito começa em implantar uma verdade que o oriental é agressivo na Europa e que poderia estuprar filhas, meninas, mulheres. Assim, o fato dele não ter crescido por aqui [Europa] seria uma coisa boa, tipo, não precisariam lidar com um sujeito que traria mazelas para nós, um estuprador. O jornal foi infeliz, não se acusa ninguém desse jeito [de ser estuprador]”.

Os posicionamentos desses participantes tangenciam o pensamento de Edward Said (1990) quanto à representação do oriental no universo ocidental. De acordo com o autor, o eurocentrismo trouxe sentidos nem sempre positivos aos orientais, uma vez que poderia ser apropriado para a implantação de poder e distinção entre povos. As representações sobre os orientais percorreram signos que vão desde o mistério da sedução ao exotismo, além da diferenciação pela condição de hábitos e da cultura. Os valores de distinção e hierarquização repercutiram como hegemônicos nas representações acerca dos povos orientais justamente pela condição de poder que foi estabelecida, desenvolvendo ações que ainda são perpetuadas pelos discursos midiáticos enquanto poder simbólico de representação.

A leitura da participante (F) também pode ser analisada pela reflexão de Hall (2016), que aborda sobre a espetacularização da condição do outro como um método de cultivar e desenvolver estereótipos e a necessidade de manutenção desses códigos para a preservação da moral hegemônica:

“Culturas estáveis exigem que as coisas não saiam de seus lugares designados. Os limites simbólicos mantêm as categorias “puras” e dão às culturas significados e identidades únicos. O que desestabiliza a cultura é a “matéria fora do lugar” – a quebra de nossas regras e códigos não escritos (Hall, 2016, p.157).

O participante (K) apresenta de modo enfático “Essa guerra não é nossa”. Ao abordar dessa forma a ocorrência da guerra na Síria e a repercussão causada no meio social, o participante não reflete sobre quaisquer possibilidades de alteridade entre povos e nações acerca de questões que são políticas. A despeito dos movimentos migratórios operarem sobre outra ordem na Europa quando comparados aos brasileiros, isso não quer dizer que não haja a necessidade de desenvolver a sensibilidade para a questão. Após a sua colocação, outro participante (C) questiona tal posicionamento:

¹⁰ Ver em <https://www.publico.pt/2018/01/12/mundo/noticia/mais-europa-e-menos-imigrantes-as-bases-do-principio-do-acordo-do-bloco-central-alemao-1799082>. Acesso: 02 fev. 2018.
Ver em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/10/1925464-merkel-cede-a-aceita-limitar-numero-de-refugiados-recebidos-por-ano.shtml>. Acesso: 02 fev. 2018.

“Como não é uma guerra nossa?! Você como um imigrante, em outro país, não poderia pensar assim! / O que vamos fazer? Fechar o jornal? Se você fosse convocado para ir à guerra lá [Síria], você iria em nome da democracia? / Sim, acredito que sim/ Você está de parabéns!”.

Logicamente que a condição de (K) é bem diferente da condição do menino morto e nem é a intenção desse texto de equipará-las, entretanto é pertinente perceber a ausência de alteridade na condição do outro, sendo que em ambas condições havia projetos de vida para o futuro melhor. O discurso de não reconhecer que a guerra Síria não seja uma guerra brasileira não expressa necessariamente sentimentos nacionalistas, mas a indiferença e o desdém do horror da guerra e da morte quando não envolvem situações do próprio cotidiano. O participante (C) traz reflexão pertinente ao pontuar que tanto (K) e o menino morto encontram-se em situações semelhantes. Não se atentar para esse ponto é de alguma forma não conseguir refletir sobre a própria condição em que (K) se encontra. Mesmo (K) morando em Portugal poderia sofrer práticas xenófobas ou de discriminações. A distinção efetuada pelo participante sobre o menino sírio é sintoma da hierarquização da condição humana como se ao participante, mesmo encontrando-se na situação de imigrante diferentemente da realidade de Aylan, o horror da guerra lhe seja indiferente.

Um outro ponto pertinente na leitura das imagens foi que quatro participantes (D, K, B e E) parearam-na como sendo manifestações de liberdade de expressão e de democracia. Mesmo não citando quaisquer reflexões teóricas sobre esses dois conceitos, esses participantes defendem que mesmo que haja o uso da condição de vulnerabilidade e da dor do outro, a liberdade de expressão deve ser garantia como princípio da expressão, como aponta (D) quando questionado sobre a atitude de publicação da charge no jornal francês: “Como é liberdade de expressão, tudo pode./ Absolutamente tudo pode, até usufruir de um momento de dor?/Sim, é liberdade de expressão”. O posicionamento de (H) teve uma conotação semelhante ao considerar que é liberdade de expressão as fotografias e as charges, todavia, ele apresenta uma outra reflexão: “Enquanto cidadão, acho a imagem lamentável, mas sendo um profissional de mídia compreendo a produção de fotografia dentro do universo editorial”. O discurso de (H) esclarece como a ação das práticas midiáticas ainda tende a perpetuar como códigos culturais e morais e, ao que parece, sob o ponto de vista do participante, não há movimentos consistentes para alterar a situação. Todavia, há códigos de ética de orientem para a atuação profissional nas áreas da comunicação. A existência dos códigos não é uma camisa de força para o exercício da profissão, muito pelo contrário, oferece condições favoráveis para que a comunicação seja realizada de modo ético e democrático.

Considerar que a exploração do outro é liberdade de expressão é transformar o direito à dignidade como argumento para a exploração alheia sem impedimentos legítimos. Por essa perspectiva, os participantes não levaram em consideração, por exemplo, o entendimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), escrito pela Organização das Nações Unidas (ONU), no artigo 19¹¹, em que são apresentadas também algumas restrições para liberdade de expressão: “(a) Para o respei-

¹¹ O artigo pode ser lido na íntegra no endereço <http://www.article19.org/pages/pt/international-guarantee.html>. Acesso: 9 nov. 2017.

to dos direitos ou reputação dos outros; (b) Para a proteção do escrutínio à segurança nacional ou ordem pública ou à saúde e moral públicas.” (ONU)

Acreditar que a liberdade de expressão é uma condição que não é balizada pelo bom senso e pela cultura e sim uma manifestação desimpedida de quaisquer freios é construir montagens perversas sobre movimentos políticos que não levam ao engrandecimento coletivo. O posicionamento apresentado pelo participante dialoga com o conceito empreendido por Andrew Heywood (1999) de *liberdade negativa*. O autor estipula dois tipos de manifestações de liberdade, sendo a positiva traria pontos para o desenvolvimento social e político e a negativa que consiste na defesa da liberdade enquanto manifestação privativa, ou seja, destinada aos cuidados e interesses individuais ou a pequenos grupos e que ferem os princípios de coletividade. Heywood acredita que a liberdade negativa não está baseada na compreensão de ações políticas enquanto práticas e discursos coletivos. A garantia de liberdade privada, e não privativa, é também um gesto político na medida em que reconhece o indivíduo enquanto composição subjetiva no espaço público.

O discurso do participante (D) de dizer “Democracia é fazer o que quer” choca com a compreensão de Touraine (1996) sobre o conceito. O autor apresenta alguns posicionamentos sobre o que poderia ser cultura democrática que, segundo ele, está centrada na defesa dos direitos e liberdade individuais e também coletivos, por isso, não há bases sólidas suficientes para compreender que o individualismo seja um princípio para a construção efetiva da democracia. Em outro olhar, de cunho dialético, Touraine aponta que a democracia é também a luta de sujeitos na própria cultura e na própria liberdade contra a lógica de dominação de sistemas. Para além disso, o autor acredita que a liberdade de imprensa também deveria permear esse caminho ao considerar que ela “(...) não é somente a proteção de uma liberdade individual, ela dá também aos mais fracos a possibilidade de serem ouvidos” (p.21). Para Touraine, os regimes que são guiados pelos interesses privados tendem a degradar a cultura democrática. Assim:

“Os que são guiados pelos seus interesses nem sempre defendem a sociedade democrática em que vivem; eles preferem muitas vezes salvar os seus bens pela fuga ou simplesmente pela procura das estratégias mais eficazes e sem terem em consideração e defesa de princípios e de instituições. A cultura democrática só pode nascer se a sociedade política for concebida como uma construção institucional cujo objectivo principal é combinar a liberdade dos indivíduos e das coletividades com a unidade de actividade económica e das regras jurídicas”(Touraine, 1996, p.27)

Outro sentido que as imagens sobre a morte de Aylan foram percebidas é sob traços narcísicos, enquanto forma de defesa pessoal. O movimento migratório e o acidente não se encontram como integrantes da realidade dos participantes e também porque são acontecimentos demasiadamente distantes à vida deles. Sontag (2015) apresenta reflexão semelhante ao acreditar sobre o motivo porquê sobre as imagens da guerra e de dor são reverberadas; uma espécie de defesa pessoal, como apontada pelos participantes. Por esse pensamento que (F) acredita que a produção da fotografia e das demais imagens são fortemente consumidas e reverberadas: “Infelizmente, ficamos ‘contentes’ ao saber que há pessoas que estão em condições bem piores que as nossas. Gostamos de ver isso. É algo meio macabros, mas que acontece. O ser

humano é miserável”, lamenta a participante ao constar a naturalidade dessa prática. Sob esse olhar, é relevante perceber claramente que a dor do outro tem o papel reconfortante para própria situação de si; o gozo e o prazer pela vulnerabilidade do outro é aprazível e, justamente por isso, que o circuito da cultura da dor pela mídia dificilmente cessará um dia. Por esse lado, trazendo novamente as considerações de Sontag (2015), a fotografia de guerra torna-se, no mínimo, uma estratégia *voyeur*, uma das práticas da moral perversa, que desafia as barreiras da intimidade e resguardo do outro. Para a autora, as imagens de sofrimento deveriam ser vistas apenas por aqueles que poderiam amenizar a condição de vulnerabilidade e dor e “o resto de nós somos *voyeurs*, quer seja ou não essa a nossa condição” (p.47), até porque, ainda acompanhando as considerações da autora, as imagens de guerra estão muito disseminadas e, mesmo que causem choque, entorpecem e tornam-se fugazes à memória da sociedade movida pela sinestesia midiática. A própria participante (F) considera essa suposição “Quem de nós lembramos dessa imagem do menino? Eu mesma esqueci”.

As críticas mais árduas foram feitas mais à publicidade da escola, não houve qualquer dos participantes que considerasse que aquela peça pudesse trazer alguma contribuição. Adjetivos como *lamentável*, *desnecessária*, *repugnante* foram utilizados para qualificá-la. Por outro lado, as demais ilustrações que circularam na internet enquanto força de midiática foram ponderadas segundo alguns posicionamentos, incluindo dissonâncias de posicionamentos entre os participantes do grupo. A participante (F) apresenta que as imagens não foram as melhores saídas para retratar o caso de outra forma. Para ela, tratar de modo romancado o caso não contribui para que o assunto seja debatido de modo eficaz e criticou principalmente a ilustração em que aparecem várias crianças sorrindo e dormindo à beira mar: “(...) as demais imagens foram infelizes, muito infelizes. A criança não está dormindo, isso não é romântico. A criança está morta. Isso é coisa séria e não deveria ser tratado desse jeito. Romantizar um problema que é grave é muito complicado”.

Outros dois participantes (G, D) ponderaram que a perspectiva de suavização do fato não contribui para debater de modo consistente o assunto, acreditando apenas que uma das ilustrações pode ser interessante no ponto de vista social: a imagem em que o menino se encontra dentro de uma garrafa pedindo socorro. “Achei que todas essas imagens, as charges do jornal e publicidade foram desnecessárias. Mas, essa imagem dele dentro da garrafa achei legal. É um pedido de socorro”, disse (D).

Sob outro olhar acerca das mesmas imagens, o participante (H) relativiza a percepção das imagens: “Eu acredito que essas imagens possam ser benéficas, ainda mais se for para contar a história a uma criança. / Essas imagens foram colhidas em sites sem a especificação para o público infantil/ Ai, eu não sei...”. Enquanto manifestação de liberdade de expressão, o participante (K) acredita que essas imagens “não poderiam ser censuradas, é liberdade de expressão”, alega. Uma outra participante (G) sugere que as charges do jornal francês ajudariam em algum momento, entretanto, logo os demais participantes a interpelam e ela fica sem resposta e reflexiva.

Mesmo reconhecendo que há a uso da condição de vulnerabilidade e da morte do outro para a formação discursiva, os participantes não reconhecem que essa situação abre margens para considerar que as demais ressignificações possam ser agressivas; seriam como dois estágios diferentes sobre o assunto: a visibilidade necessária para expor o problema e a apropriação do acontecimento por outra forma discursiva.

6. Considerações finais

Mesmo havendo semelhanças entre alguns discursos, há percepções diferentes entre os participantes, seja por reconhecer o uso da inocência e fragilidade da criança morta para a promoção de visibilidade frente à guerra, seja em perceber que essa mesma prática pode ser uma atitude democrática, já que há a liberdade de expressão. Entretanto, a presença de discursos e práticas perversas entre sujeitos convencionais é marcante mesmo entre aqueles que passaram por bancos acadêmicos, que se encontram em programas de pós-graduação ou até mesmo por aqueles que se encontram em situação de migração. Não há parâmetros ou condições pré-estabelecidas para a frutificação de discursos sem reflexão, nem referências de gênero, de idade, de classe social ou de escolaridade. Pela concepção dos participantes, há a manutenção da formação dos discursos midiáticos com nuances perversas como sendo objetos de consumo, bem como a simplificação de conceitos associados à política como liberdade de expressão e liberdade de imprensa. O ponto que o circuito evidencia é que a ausência de reflexão sobre os fatos abre caminhos para discursos calcados sob signos perversos como a indiferença e a manutenção de práticas midiáticas que não trazem benefícios à política.

A naturalização dessa prática é onde torna a reverberação de códigos perversos mais próspera, como apresentado por Fromm (1979). O autor aponta que o fato de uma determinada sociedade se comportar de modo uniforme não quer dizer obrigatoriamente que não haja problemas, essa condição pode ser sintoma de alguma patologia social existente, já que o espaço público deveria contemplar diversos posicionamentos. O discurso de reconhecer que a prática da mídia colabora para a visibilidade dos problemas enfrentados pela Síria pode ser benéfica, mas que também não oferece saídas para a solução, tende a estabelecer e a manter a situação na mesma condição em que se encontra. Todavia, reconhecer que mesmo que haja signos perversos nas ilustrações seja de cunho xenófobo ou misógino evidencia que há várias perspectivas de leituras sobre o mesmo tema.

Nesse caso, para o grupo selecionado, há alguns fatores que contribuíram para a leitura dessas imagens. Primeiramente, parte dos participantes não consomem notícias o que gera a ausência de reflexão sobre os motivos de migração na Europa. O desconhecimento de tratados como o impetrado pela ONU sobre liberdade e a atenção aos refugiados também torna-se uma possibilidade para promover a debilidade de alteridade. Em suma, a pouca articulação/conhecimento do mundo impregna parte das reações sociais e consumo das informações e interfere poderosamente na percepção estética dos produtos midiáticos. É possível falar também na ambiguidade da mídia em relação ao caso, o que certamente influencia o leitor pesquisado. A compaixão, além de não gerar ação política, impregna de medo e a dualidade de interpretação.

Como o discurso é uma prática, é possível reconhecer que a naturalização das práticas perversas midiáticas se perpetua pelos afetos que são desenvolvidos pelos interlocutores de modo muito corriqueiro e constante. Para além disso, é pertinente perceber que, ao menos entre os participantes, há a perpetuação dessa realidade quando acreditam que o público gosta de perceber a tragédia nos discursos midiáticos. Reconhecer que esses sujeitos são perversos, mesmo com discursos desprovidos de alteridade, é demasiadamente superficial e categórico, como apontou Hannah Arendt (1999) sobre a proliferação do mal; são sujeitos absolutamente convencio-

nais. Explicar a presença desses discursos enquanto práticas sociais cabe por dois caminhos que se completam: a ausência de reflexão e criticidade, ainda seguindo os preceitos de Arendt, além de verificar os contextos, na medida empreendida por Johnson (2006) que reconhece a estruturação de movimentos subjetivos e históricos para a produção de sentido.

7. Bibliografia

- Arendt, H. (1999). *Eichmann em Jerusalém: o relato sobre a banalidade do mal*. Companhia das Letras: Rio de Janeiro.
- Barker, C.; Jane, E. A. (2015). *Cultural Studies: theory and practice*, 5ªed. Sage Publications: London.
- Benjamin, W. (1987). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. Editora Brasiliense: São Paulo.
- Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Dufrenne, M. (2002). *Estética e filosofia*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva.
- Escosteguy, A. C. D. (2007). Circuito de cultura/circuito de comunicação: um protocolo analítico de integração da produção e da recepção. *Comunicação, Mídia e Consumo*, vol. 4, n.11, pp. 115-135.
- Foucault, M. (1993). *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1998). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Freud, S. (1905/1996). *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: volume VII. Um caso de histeria: Três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago.
- Fromm, E. (1979). *Psicanálise da sociedade contemporânea*. 9ªed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Gaskell, G. (2002). “Entrevistas individuais e grupais”, em Gaskell, G.; Bauer, M. W. (eds.): *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, pp. 64-89.
- Hall, S. (2016). *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio : Apicuri.
- Heywood, A. (1999). *Political theory: an introduction*, 2ªed. New York: Palgrave.
- Johnson, R. (2006). “O que é afinal, Estudos Culturais?”, em, Silva, T. T. (ed.): *O que é afinal, Estudos Culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, pp. 07-132.
- Mattos, M. A.; Villaça, R. C. (2012). “Aportes para uma nova visada da metapesquisa em Comunicação”, em *Comunicação & Sociedade*. São Bernardo dos Campos, vol. 33, nº 37, pp.199-218. DOI: <http://dx.doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v33n57p199-218>
- Said, E. (1990). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sontag, S. (2015). *Olhando o sofrimento dos outros*. Lisboa: Quetzal.
- Szpancekopf, M.I.O. (2011). *Perversão social e reconhecimento na atualidade*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Thompson, J. B. (1998). *A mídia e a modernidade*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Touraine, A. (1996). *O que é democracia?* Lisboa: Instituto Piaget.